

JOÃO CARLOS MOREIRA GOMES
GÉOLOGO

Toda usina hidrelétrica traz consigo um forte apelo ambiental de gerar energia limpa, renovável e de menor custo. As perdas e danos advindos são de difícil mensuração. As populações atingidas são forçadas a migrarem sem nenhum respeito às suas origens e raízes. Em compensação, pelas edificações perdidas exige-se a construção de novas casas, vilas, às vezes cidades e monumentos. Os impactos ambientais são inevitáveis, provocados pela inundação de terras, sítios arqueológicos, belezas e monumentos naturais e, às vezes, perdas de depósitos minerais importantes.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da mesma forma que o órgão regulador anterior, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), não têm se preocupado com os danos ambientais e com os prejuízos causados a terceiros. Enquanto, no mundo todo, questionam-se os problemas relacionados às barragens, inclusive quanto à segurança das construções. No caso da mineração, trata-se de uma aberração que o Ministério das Minas e Energia receba, de um lado, pedidos de concessão de pesquisa mineral. análise, conceda alvarás, fiscalize, aprove relatórios de pesquisa e, muitas vezes, quando a jazida é descoberta, mesmo antes de a lavra entrar em operação, corre-se o risco de desapropriação por força de concessão, dada pelo outro lado, para aproveitamento hidrelétrico de algum potencial existente na área.

Um simples mapa com os rios e suas quedas d'água e a respectiva associação de bens minerais nos entornos seria suficiente para o controle de concessões. Jamais deveria ser dada uma concessão de pesquisa mineral sem levar em consideração o potencial hidrelétrico da área e vice-versa. Assim, aluviões auríferos e diamantíferos poderiam rapidamente ser aproveitados antes que as áreas fossem inundadas em caso de construção de barragens.

O rio Jequitinhonha é um caso bastante elucidativo e de valor histórico. A primeira usina hidrelétrica construída no Brasil, poucos sabem, foi em sua cabeceira, no ribeirão do Inferno, em Diamantina, em 1887, por um grupo francês interessado em minerar as riquíssimas jazidas de Portão de Ferro.

Em 1907, o norte-americano Spangler, para operar sua draga de alcatruzes nos aluviões do Mendanha, no Jequitinhonha, teve de construir uma usina hidrelétrica no rio Manso, na localidade de Salto.

Em 1965, a Mineração Tejucaia, para operar suas dragas de alcatruzes, construiu 80 km de rede elétrica de Bocaliva até as margens do Jequitinhonha, em um trecho de 100 km de concessões.

Em 1970, a Mineração Rio Novo, na falta de energia disponível na área de seu projeto de dragagem de um trecho de 70 km do rio Jequitinhonha, também precisou de uma rede nova entre Corinto-Diamantina-Mendanha-Água Verde.

Agora, em 18/05/2000, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental (Copam) acaba de aprovar licença de instalação para a Mineração Unidas Jequitinhonha (projetar lavra de diamante e ouro em

16 áreas contíguas de concessão mineral que se estendem por 72 quilômetros nas margens do rio Jequitinhonha, de Terra Branca até o córrego São Domingos, limite com as concessões da Mineração Tejucaia. Em resumo, a área explorável é de 570 hectares, divididos em três blocos, com um total de sete milhões de metros cúbicos de cascalho e 26 milhões de metros cúbicos de estéril. A previsão é de lavar 10 hectares, ou seja, uma vida útil de 37 anos. Muitas vezes, no afã de obter uma licença ambiental, o empresário se submete a inúmeras condicionantes, muitas pertinentes e outras esdrúxulas, pois o minerador não é o salvador da pátria. Não há porque obrigá-lo a contratar mão-de-obra local se, por economia ou bom senso, o fará normalmente. Não há razão em forçá-lo a convênir-se com os municípios envolvidos, visando viabilizar e apoiar o transporte escolar nas zonas rurais. A empresa deve arcar ainda com a manutenção das estradas marginais ao empreendimento e das comunidades limítrofes. Exige-se, ainda, que se recupere as áreas anteriormente lavradas e as que venham a ser lavradas, que se crie parques no local e ainda ajude na implantação do virtual parque do Biribiri. Em nenhum instante foi ventilado, tanto nos estudos ambientais, quanto nas análises da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o potencial hidrelétrico da área, por simples falta de conhecimento dos planos da Cemig, sendo que, a qualquer momento, poderá ser dada concessão para construir a usina de Terra Branca. As jazidas serão desapropriadas, tudo ficará submerso e de nada terá adiantado recuperar e fazer os parques locais. Deveria é ser acelerada a lavra total dos aluviões, com um controle

rígido de turbidez e efluentes lançados no rio Jequitinhonha: o material de empréstimo, a ser utilizado na construção da futura hidrelétrica (argila, areia e cascalho, pelo menos), estocado afastado das várzeas do rio. A recuperação ambiental, nesse caso, é desnecessária, uma vez que a área será inundada. O montante que deveria ser gasto em recuperação ambiental seria melhor empregado se alocado em um fundo ambiental ou num parque ecológico.

Em 21/05/2000, foi publicado interessante editorial, "Surto diamantífero", e a matéria "Nova corrida ao diamante em Minas" no "Estado de Minas", onde o superintendente de Recursos Minerais da Secretaria de Estado das Minas e Energia (Semem) anunciou que os investimentos nas províncias diamantíferas de Minas Gerais poderão chegar a US\$ 80 milhões até 2002.

Qual garantia será dada à empresa de mineração que vier a investir esse montante de que poderá lavar sua reserva cubada? Quem dará essa garantia? A Semem? A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)? O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)?

Ora, será que todo esse investimento não estará, num futuro próximo, literalmente debaixo d'água? (Continua amanhã)

Ex-conselheiro da Câmara de Atividades Minerárias do Copam e diretor do Sindicato dos Geólogos no Estado de Minas Gerais

ARLOSVALDO DE CAMPOS PIRES
ADVOGADO

É de admitir-se que o direito penal - que, historicamente, evoluiu do castigo de barbárie para o de ciência assentada em princípios científicos e humanitários - alcançou fisionomia definitiva, em bases sólidas, de modo a impedir que fenômenos que nada têm a ver com a questão da resposta penal, como o aumento da criminalidade ou a prática de crimes repugnantes, possam modificá-lo em sua essência. De fato, a evolução do direito penal representou a mais revolucionária mudança de métodos e idéias jurídicas, não alcançada por nenhum outro ramo da ciência jurídica.

De um direito penal da antiguidade e de um passado não muito remoto (dir-se-ia inexistente ou irreconhecível à luz dos conceitos modernos) ao atual (aboliu a pena de morte em muitos países, lançou ao museu as penas corporais e infamantes, concedeu à sanção criminal uma função ressocializadora, introduziu medidas substitutivas da pena privativa de liberdade, jurisdicionizou a execução penal, assentou o regime progressivo de cumprimento da pena etc.), a mudança foi tão radical que não se pensava mais em um retrocesso a métodos relegados aos museus das lembranças.

Todavia, o findar do século vem marcado de preocupações nesse setor. Em franca rebelião às direções da doutrina, a exigir, cada vez mais, menos medidas penais (movimentos de descriminalização e despenalização, desjudicialização e, até mesmo utopicamente, abolição do sistema penal), a mídia pressiona a opinião pública e essa, atemorizada, pressiona os Poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), no sentido de modificar o instrumental repressivo visando o seu endurecimento. Leis novas, inspiradas em movimentos de natureza repressiva (movimento da lei e da ordem), estão a

romper a sistemati-

da em bases racionais. Esta orientação deve ser dissolvida e de instrução popular; e os de leis ao sabor das respostas. É preciso encim que contraria a nal do sistema, que dividido e no ben preocupações.

A diminuição vo-penal, com re- tros mínimos e má- tratamento huma- etc são formas re- tar a criminalidade

O findar do mercado de p A opinião públi Estado no sen o instrument visando seu e

Primeiro, porqu- nais ferozes fracas são de combater ef- nalidade. Segundo maior o tempo de- riscos de degradação- ral do condenado, in- jável recuperação e sequentemente os ri- que um dia o terá de porque certamente de um homem não- cias nefastas apena- ciado, mas se am- zando sua família. É na (enquanto essa n- dos utópicos - aboli- linada) deve ser t-

Aluviões auríferos e diamantíferos poderiam ser aproveitados antes que as áreas fossem inundadas em consequência da construção de hidrelétricas

EDITOR GERAL JOSÉ CANA		EDITORES-ADJUNTOS Albérico Ventura, Marcelo José Ribeiro, Kátia Lombardi Pinheiro Reis, Leonardo Guimarães de Siqueira Pinheiro, Hebele Burger Victor de Almeida	
SECRETÁRIOS DE REDAÇÃO ALMERINDO CANELO CARLOS MOREIRA LÚCIA CASTRO		REDATORES João Nogueira, João Costa, Lúcia Tavares, Valente André, Moura, Paulo Camargo, Cascaes, Silvio Mascarenhas, Amélia, Willy Gouveia	
EDITORES Adriana Romo (Cidades) Antônio Silves (Magazines) Márcio de Moraes (Especial) Orlando Ponzatti (Arte) Ricardo Campos (Política)		SUCURSAL BRASILEIRA Sérgio Carlos de Oliveira	
ENDEREÇOS NA INTERNET art@tempo.com.br com@tempo.com.br cidades@tempo.com.br magazines@tempo.com.br especial@tempo.com.br arte@tempo.com.br politica@tempo.com.br politica@tempo.com.br politica@tempo.com.br politica@tempo.com.br		ASSINATURAS 0800-311400 Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira - 7h às 19h Sábado - 8h às 13h domingo@tempo.com.br	
REPRESENTANTES		REPRESENTANTES	
<p>FT/PI Núcleo de Minas, 501 - Prédio Minas - São Paulo - SP - 01311-000 Fone: (11) 5082-5120 www.ft.com.br</p>		<p>FT/PI Rua Padre João P.O. Box 1111 - 1111 www.ft.com.br</p>	

MT - MAB
21/05/00

Usinas e mineração

GÉOLOGO JOÃO CARLOS MOREIRA GOMES
GÉOLOGO

A limitada oferta de energia é um dos fatores que impedem o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Os imensos reflorestamentos de eucalipto implantados pela pioneira Refloralje, e posteriormente pela Susano, Acesita, Belgo-Mineira, Mannesmann e outras, têm sido aproveitados unicamente para obtenção de carvão vegetal, pois não há disponibilidade de energia para a produção de celulose ou papel. O café fino do cerrado perde qualidade e produtividade pelo limitado uso da irrigação e preparo industrial, que implicam maior consumo de energia elétrica. O fenômeno da migração da população, tão característico da região, é mais intenso devido à baixa industrialização, que em parte se deve à pequena oferta de energia.

A Cemig, no governo de Haimar Franco, corrigindo um erro histórico, está finalmente implantando a hidrelétrica de Irapé, no médio Jequitinhonha, nos municípios de Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Minas Novas e Turmalina. É impossível avaliar como seria a região se a usina de Terra Branca tivesse sido construída na década de 70, conforme havia sido previsto.

Vale à pena lembrar um ato heróico, em 1970, que impediu que a Cemig construísse essa barragem, assumido por uma grande figura humana que, a exemplo de um dom Quixote do Jequitinhonha, foi o único que bradou contra esse perigoso inimigo — uma usina hidrelétrica em vez de um moinho de vento. Para ser fiel aos fatos, vamos tomar emprestado do baritonista Murilo Badaró a biografia de um grande homem público — José Maria Alkmim.

Alkmim, filho de Bocatúva, nunca havia ido ao distrito de Terra Branca, nas barrancas do rio Jequitinhonha, cujo chefe político aliado era Elpidio Trovão. Visita de surpresa, chega conduzido pelo fiel escudeiro Paulo Borges e políticos da região. Sem dizer o assunto, pede para fazer uma reunião não-política a céu aberto, debaixo da gameleira em frente à casa do adversário político, às três horas da tarde, para a qual gostaria que estivessem presentes os moradores mais antigos. Após as saudações de praxe, em fala mansa, emocional, diz: "Não vim aqui pedir votos e tudo o que Terra Branca precisava o prefeito Wandick Dumont já fez. Trata-se agora de salvar Terra Branca ou vocês não estão sabendo da barragem que a Cemig quer construir no rio Jequitinhonha, na altura do Rabicho, que vai submergir tudo. Quero confessar a vocês que depois que examinei o projeto, cheguei a perder o sono. Não conseguia dormir pensando no Elpidio Trovão, morador aqui há 80 anos, lotando um caminhão com sua mudança e indo para um lugar onde nem mesmo ele sabe qual. Seria razoável, pergunto, o Elpidio sair daqui por causa de uma inundação? E o Cajuca, meu adversário de mais de 20 anos, perder esta bela e confortável casa e contemplar as águas passando por cima desta histórica gameleira?" Descreveu a tragédia citando um a um seus velhos conhecidos. Foi uma catarse à altura dos grandes mestres. A descrição da subida das águas e da chegada do dilúvio, da angústia e da fuga das ondas e da saída às pressas dos velhos moradores, alguns sem poder levar sequer seus pertences, provocou o silêncio abso-

luto e levou muitos dos presentes ao choro solto. No "gran finale", disse: "Agora, quero dar a vocês a razão da minha visita a Terra Branca. Não sou seu representante político, pois aqui nunca fui majoritário. Também isso jamais impediu que fosse amigo de Terra Branca. Eu vi o projeto, fiquei horrorizado. Quero dizer-lhes que, enquanto for vivo, enquanto Alkmim tiver força, essa barragem não será construída". Foi ovacionado e, como resultado, pela primeira vez, por diferença de um único voto, foi o deputado mais votado no local. Contudo, em 1970, pela primeira e última vez, não se elegeu, ficando na suplência da Arena. O poder econômico de seus adversários teria sido mais forte.

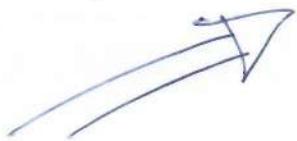
Não se sabe o quanto a força de Alkmim foi suficiente para sustar, de 1970 até agora, a construção da barragem de Terra Branca. Tal impedimento contribuiu para manter o Vale do Jequitinhonha estagnado, sem disponibilidade de energia elétrica. Entretanto, as imensas jazidas aluvionares diamante-auríferas que seriam inundadas numa extensão de 250 quilômetros puderam, em grande parte, ser aproveitadas e produziram o equivalente ao valor da construção da usina de Irapé. As águas chegariam próximo de Mendanha e teriam inundado 70 quilômetros de concessões da Mineração Rio Novo, que opera com duas dragas de alcatruzes; 110 quilômetros da Mineração Tejuicana, que chegou a operar com três dragas de alcatruzes e atualmente encontra-se semiparalisada, mas ainda detém 1/3 da reserva original; as jazidas da Minerações Reunidas Jequitinhonha ficaram submersas "ad eternum". Nesse período de 30 anos, estima-se que foram produzidos dois milhões de quilates de diamante que, ao preço médio de US\$ 120/quilate, equivalem a US\$ 240 milhões; ainda saíram duas toneladas de ouro, que equivalem a mais US\$ 20 milhões ou um total de US\$ 260 milhões, superior ao custo da usina de Irapé, que é da ordem de US\$ 250 milhões. Levando-se em consideração que as reservas da Mineração Rio Novo e Tejuicana não estão totalmente esgotadas e que as da Minerações Reunidas Jequitinhonha agora é que vão entrar em operação, foi válido, numa visão exclusiva de política mineral, não ter sido construída a barragem de Terra Branca. Não faz sentido ainda as empresas terem sofrido restrições ambientais para operar e terem gastado com a recuperação de áreas, que mais dia menos dia ficarão submersas.

Após a construção de Salto da Divisa, pela Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), que vai acabar com a cachoeira da Fumaça, e de Irapé, pela Cemig, que vai inundar significativas jazidas diamante-auríferas, chegará a vez de Terra Branca. Cabe às secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento/Fundação Estadual do Meio Ambiente e de Minas e Energia e sua vinculada, Cemig falarem a mesma linguagem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Ministério das Minas e Energia/Departamento Nacional de Produção Mineral e, assim, evitar desperdícios de tempo, dinheiro em desapropriações e perdas irreversíveis do patrimônio mineral da nação.

Ex-conselheiro da Câmara de Atividades Minerárias do Copam e diretor do Sindicato dos Geólogos no Estado de Minas Gerais

O Tempo
01/04/00

Do grande Mestre Sérgio
meu agradecimento, uma vez
que sua referência ao grande
baritonista Badaró, sobre
a polêmica
PAT 02/09/00
E. Mendes



O prestígio do barítono

MURILO BADARÓ*

Rebuscando velhos guardados encontrei uma deliciosa crônica do professor Alberto Deodato, publicada no ESTADO DE MINAS na edição de 16 de março de 1965, sob o título "O prestígio eleitoral do barítono". Foi ela que me levou a fazer uma revelação: a de que o barítono Ricardo Villas era o pseudônimo por mim usado para atuar nos teatros de óperas do Brasil e do exterior. Peço licença aos leitores para publicá-la na íntegra:

"Fui ginasião aplicadíssimo. O meu curso está lá no Colégio Pedro II, no Rio, para quem quer ver. Estudava. Decorava. Compreendia. De qualquer maneira, quando algum gráudo visitava a aula, o professor, para mostrar o grau de aproveitamento dos seus alunos, me argüia. Eu descarrilava a sabedoria. Por isso, o professor de História Universal, dr. Escragnolle Doria, me dizia: Você, menino, não deve trabalhar na vida. Quando a dona da pensão lhe vier cobrar, você despeja a História Universal. E ela ficará encantada... Estou me lembrando do episódio da meninice diante desse simpático Murilo Badaró. Se o meu saudoso professor o tivesse ouvido, daria o seguinte conselho - Não pague nada, Murilo. Na hora da cobrança abra o peito. Cante. Atravesse a vida sem pagar. Cantando. É a voz mais bonita que tenho ouvido. Não digo que é, apenas, ela, o motivo de suas vitórias. A simpatia e a inteligência as justificam. Mas a beleza da voz o tem ajudado. Não há eleitorado do norte de

Minas que resista a uma "Elvira, escuta" ... cantada por Murilo, em vésperas de pleito. Não há maior de 60 que não se debulhe em lágrimas quando o deputado ilustre abre o peito numa "Sombra frondosa de enorme mangueira...". Quatro modinhas antigas e meia dúzia de bossa nova dão para eleger. Não é só. Conquistado o eleitorado leigo, que não frequenta igreja, a segunda etapa é mais fácil ainda. Basta uma missa dominical, com a "Ave-Maria" cantada no coro, e o meu caro Murilo traz os bornais repletos de voto. A voz privilegiada está fazendo uma revolução política. Despertando as mais revoltantes invejas. Principalmente dos seus correligionários do PSD. Todo mundo sabe que o deputado Badaró é impiedoso na sua oposição ao governo. Lidera o movimento do contra na Assembléia Legislativa. Está entupindo a passagem da prorrogação. Pois bem. No casamento da filha do governador, foi o convidado de honra. O calor da sua voz bonita embalou os passos da noiva na caminhada silenciosa até o altar iluminado e lindo. E há coisa mais séria. Dentro de poucos dias, nas festas a serem oferecidas ao governador Carlos Lacerda, o cantor convidado para dar brilho às solenidades foi o deputado barítono. Para agravar mais a coisa na inveja de correligionários e adversários, será Murilo quem no dia do aniversário do Comendador Viana, sogro do presidente da República, irá cantar na igreja do Carmo. O marechal Castelo Branco virá. O maior prestígio eleitoral de Minas, hoje

em dia, é a voz de Murilo Badaró... Em Belo Horizonte substituí o grande juiz de Paz Delfim de Paula Ricardo, tão saudoso na assiduidade aos matrimônios. Se, naquele tempo, casamento sem Delfim não valia, hoje, casamento sem Murilo não tem graça...".

A releitura dessa crônica trouxe-me à evocação um dos homens mais inteligentes que passaram pela política de Minas e um admirável professor de finanças, o mestre Alberto Deodato. Excluindo as demasias, produto de sua inesquecível verve, fez-me recordar um tempo maravilhoso em que Belo Horizonte possuía um grupo de pessoas que fizeram dela o centro de gravidade da música erudita no Brasil. Se não houve o aniversário do Comendador, o episódio relembrado do encontro com Carlos Lacerda na casa do saudoso Eloy Heraldo Lima foi para mim inolvidável, pelo alto teor das conversas e pela oportunidade de encontrar o polemista e orador notável na simplicidade de um apreciador de modinhas mineiras e também dedilhador de um violão. É um tempo perdido nas brumas do passado. Dele ficam apenas a saudade e as impressões fixadas na memória. De quando em vez, o som imperecível de algumas melodias, como aquela maviosa do coral das "geishas" na ópera Madame Butterfly na exaltação "del eterno cinguetar di gioventu".

**Membro da Academia Mineira de Letras, presidente do Centro de Pesquisas e Estudos Mineiros*

Urgência para Irapé

MURILO BADARÓ*

O Governo de Minas Gerais não pode mais retardar as providências para início da usina hidrelétrica de Irapé, a redenção do Vale do Jequitinhonha e de parte do Norte do Estado. Todos os aspectos formais foram atendidos. Projetos concluídos. Formado o consórcio que edificará a central elétrica. Em termos de potência, Irapé fornecerá cerca de 360 MW, interligando-se ao sistema estadual da Cemig e ao nacional, proporcionando maior oferta de energia num período em que, devido à longa estiagem, muitos falam até mesmo em racionamento. Um longo caminho foi até agora percorrido pelos idealizadores do projeto, calcado sempre na reconhecida competência dos técnicos da energética mineira. Uma demorada batalha política e burocrática foi travada para superar os obstáculos criados por entidades que lutam em favor da preservação do meio ambiente. Em verdade, os primeiros movimentos, ditos populares, foram financiados por alguns detentores de direitos de pesquisa e lavra em grande extensão do Rio Jequitinhonha. Até mesmo parlamentares agiam na sombra, acionando a imprensa e grupos regionais com o único objetivo de retardar o início da obra, poucos se importando com os prejuízos que causavam à pobre e

desvalida região. Durante meses, e atuando com a habitual seriedade, a Cemig superou os obstáculos de natureza política e já está de posse da licença ambiental para início da montagem do canteiro de obras. É preciso assinalar, especialmente para aqueles que não conhecem a região, que a usina de Irapé fica situada num "canyon" do rio, num local em que suas margens se estreitam em meio a rochas basálticas, entre os municípios de Berilo e Grão Mogol. No ponto onde será construída a barragem e até a cota máxima da inundação, praticamente não existe mineração que justifique a prevalência de caducos decretos de pesquisa e lavra, atribuídos por motivação política e transferidos por via negocial a terceiros. Mesmo assim, alguns misteriosos portadores desses decretos, quase todos expedidos há muitos anos, estão tentando impor ônus indevido à Cemig e ao consórcio organizado para a construção, com ameaças de embargo judicial na hipótese de começarem as obras. É preciso colocar as coisas nos seus devidos lugares. Em primeiro lugar, é evidente a caducidade dos decretos de pesquisa e lavra. Se dúvidas houver quanto a esses direitos já peremptos, caberá ao Estado agir nos limites de seu poder discricionário e desapropriá-los pelo preço simbólico de um real cada. Em segundo lugar, o Vale do Jequitinho-

nha não pode esperar por interminável demanda judicial, que privará a sofrida região de uma obra que gerará 4.000 empregos diretos por quatro anos, de 2001 a 2004. E tem mais. O efeito multiplicador do empreendimento exigirá a construção de rodovias asfaltadas; a Ruralminas, com o apoio do BDMG, prosseguirá no desenvolvimento de projetos de irrigação; a Copasa terá condições de implantar grandes projetos de saneamento e os demais órgãos do Estado, num movimento de grande sinergia, farão com que seja modificado o panorama de pobreza e subdesenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Não há explicações plausíveis para que o início das obras sofra mais retardamentos. A Usina de Irapé será a maior obra do governo Itamar Franco. Os mineiros, em geral, e todos os moradores do Vale do Jequitinhonha estão seguros de que o governador de Minas acionará sua autoridade e o comando político indispensáveis à ultrapassagem de entaves que a ambição de alguns beneficiários de decretos fantasmagóricos estão antepondo aos interesses superiores da grande maioria.

**Membro da Academia Mineira de Letras e presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros*

ESTADO DE MINAS 11/07/00

ESTADO DE MINAS
28/07/00

Urgência para Irapé

“...ORA, SE HÁ ALGO CADUCO NO caso de Irapé não são as concessões da Mineração Taperebá...”

EVERALDO GONÇALVES*

Em respeito aos leitores do ESTADO DE MINAS, cabe-me esclarecer o artigo publicado em 11.07.00, do acadêmico Murilo Badaró, a respeito do embargo de Irapé. Única verdade é a de que urge iniciar as obras da Usina. No mais, o acadêmico mineiro está desinformado ao afirmar - “é evidente a caducidade dos decretos de pesquisa e lavra”. Ora, se há algo caduco no caso de Irapé não são as concessões da Mineração Taperebá, conforme certidão atual do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Elas abrangem 35 quilômetros do leito e margens do rio Jequitinhonha requeridas para pesquisa, vinte anos antes da Cemig ganhar a concessão da Aneel para construir a Usina de Irapé, em cima das jazidas descobertas. É incrível que o mesmo Ministério das Minas e Energia de um lado fomenta a Mineração e de outro lado por falta de simples mapa com jazidas minerais versus quedas d'água, põe água abaixo mais uma mineração. Neste caso até o jargão nacionalista de que minério não dá duas vezes é desrespeitado não se colhendo uma única safra, ficando um patrimônio imobilizado de R\$ 6,8 milhões em diamantes, no jazigo “ad eternum”, enquanto o Brasil que foi exportador de diamantes é agora grande importador. A afirmação de que não há

mineração na área, pois o rio é todo em garganta, é imperdoável vindo por parte de quem fez sua bela carreira política no Vale do Jequitinhonha, cuja história de ocupação se confunde com a mineração. Que tal o presidente do Centro de P. e E. Mineiros rastrear os passos do célebre João Costa que a partir de 1781 produziu tanto diamante na região do Itacambirucu, a mesma que volta a baila agora com Irapé, que afetou o monopólio da Coroa. O governador da capitania dom Rodrigo Menezes foi quem tomou como desafio prender o líder forro. Seguiu para o Distrito Diamantino com tropa de 200 soldados e, pasmem-se, contava até com 2 pesados canhões, que acrescida das tropas de dragões e pedestres do Arraial do Tijuco onde após missa, sermão e bênção seguiram em marcha para o Jequitinhonha. O fato da tropa “ir a pé” foi o que deu o nome - ‘Irapé’ - para a região que se tornou um campo de guerra com baixas dos dois lados. As forças do rei conseguiram retomar o território para a Intendência sem contudo capturar João Costa, que anos depois reocupou a área. Sua prisão em 1787 deveu-se também à denúncia de uma mal-amada. Pego de surpresa foi, segundo o literato Alexandre Eulálio, levado acorrentado ao Tijuco onde a população saiu às ruas para ver o herói. Fugiu da prisão e voltou a viver escondido nas locas das rochas, as quais não são basálticas, como afirmou o articulista, mas as mais legítimas rochas metamórficas do grupo dos xistos com suas placas características. Daí o relevo escarpado e a formação das “grimpas” que serviram de morada aos nossos primeiros garimpeiros. O nome de João Costa, embora jamais cantado em prosa e verso por alguém do nível do barítono, é celebrado e cultuado até hoje em Diamantina. Quem sabe poderá ser o nome da “Comissão dos Atingidos de Irapé”, dado que dos 47

pontos apresentados na Audiência Pública de 22/07/97 à Cemig, até agora ela não deu sequer resposta à população atingida. O quilombo de Porto Coriz, que a Cemig nega a existência, tendo inclusive no governo anterior pago por um estudo onde pesquisadores fluminenses sustentam tal tese, que é agora divulgada pelo articulista, pode destruir, pela inundação, talvez o único resquício daquele palco de guerra. Se os direitos minerários são antigos, é prova de que não está havendo oportunismo. A Cemig desde que se interessou pela barragem de Irapé deveria saber da existência das concessões minerais. Vale lembrar que a Mineração Tejuca demorou 30 anos para ser implantada e precisou o presidente diamantinense mudar a lei de faixa de domínio público dos rios para atender aos seus contrerâneos. O projeto de dragagem foi implantado em 1966 e vendido em 1980 para um Grupo Belga, ao que consta por 38 milhões de dólares. A Mineração Rio Novo, do Grupo Andrade Gutierrez, empreiteiro de Irapé, comprou as concessões de 70 quilômetros do rio Jequitinhonha por 14 milhões de dólares, conforme anunciou a imprensa. O antigo proprietário, professor Sílvio Barbosa, dizia “espere 50 anos para conseguir fazer o negócio”. Estas empresas conforme artigo recente do geólogo João C. M. Gomes, já produziram US\$ 280 milhões nos últimos 30 anos, graças ao embargo à construção da Usina de Terra Branca. Foi o insigne político José Alkmim, conforme bem descrito pelo biógrafo Murilo Badaró, que impediu a Cemig de inundar o vale do Jequitinhonha. Lá está escrito - “enquanto eu, Alkmim for vivo não permitirei que a Cemig construa a Usina de Terra Branca”. Isto tudo porque iria obrigar a migração forçada de seus correligionários, adversários cordiais de uma vida e a população ribeirinha. Será que o nobre se-

nador não leu o que escreveu? Como ficará agora os garimpeiros de Peixe Cru, que além de perder o seu sustento vão perder suas casas e até o cemitério dessa localidade? Espera-se que o governador Itamar Franco, lídimo representante do povo mineiro, não dê ouvidos aos conselhos de Acácio para desapropriar as jazidas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada concessão. É elementar, mas vale a pena lembrar que se trata de matéria de competência exclusiva da União. Cabe a Cemig dar cumprimento por meio de acordo amigável ou judicial as desapropriações. A indenização deve ser prévia e em dinheiro, sem o quê a principal obra deste governo não poderá ser iniciada, pois todos os minerais industriais necessários à obra só podem ser retirados do próprio local, mas a concessão existente impede a sua utilização livre. É inquestionável a competência da Cemig e de seus parceiros, mas se previram tudo para a obra esqueceram de viabilizar 200 mil/m³ de brita no valor de R\$ 30,00/m³ para a concretagem; 8 milhões/m³ de enrocamento do aterro a razão de R\$ 15,00/m³; 200 mil m³ de areia à R\$ 10,00/m³ e de 4 milhões/m³ de argila à R\$ 1,00. Quanto vale vender tudo isso para a obra? Ou então, quanto deve-se receber de “royalties” sobre esses minérios, ou ainda se seria justo o concessionário abrir mão de tudo que gastou para que a Cemig ou o empreiteiro se beneficiem? Se a Cemig não sabe, ou não quer pagar um valor próximo de 2% do custo da obra, certamente a Justiça encontrará parâmetros para fixar valor que atenda às partes. Diz o velho ditado que “é melhor um mau acordo do que uma boa demanda”.

*Geólogo, ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) e da UFMG, ex-diretor do Centro de Geologia Eschwege em Diamantina (MG), consultor da Mineração Taperebá

Nau dos insensatos

MURILO BADARÓ*

A resposta ao artigo do geólogo Everaldo Gonçalves, consultor da Mineração Taperebá, publicado no ESTADO DE MINAS, sob o título "Urgência para Irapé", edição da última sexta-feira, ficará para a próxima semana. É que surgiu o problema da exclusão de Minas Gerais, mais especificamente do Vale do Jequitinhonha e da região Norte, do programa de combate à pobreza lançado pelo presidente da República, tema que supera o outro, apesar de que o problema da construção da Usina de Irapé é matéria de relevante interesse público que não pode ficar dependente dos humores e interesses de garimpeiros ou detentores de decretos de pesquisa e lavra, concedidos por benesses governamentais num tempo muito diferente do que hoje vivemos. Na próxima terça-feira voltarei ao assunto.

— O presidente Fernando Henrique Cardoso, a cada novo dia, decai na estima e no apreço da população brasileira. Desde a malsinada idéia da reeleição e após sucessivos erros e escândalos no ventre de seu governo, os índices de popularidade caem. Não há necessidade de institutos de pesquisa para identificar esta verdade. Está à vista de todos, no espírito e no coração do povo brasileiro. Para completar esse círculo de equívocos, o governo federal

lança um programa de combate à pobreza e deixa à margem o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas.

Se o gesto de Brasília teve como objetivo retaliar o governador Itamar Franco, por sua posição francamente hostil ao governo federal, ele fica ainda mais diminuído. Tratar-se-á de uma demonstração de pequenez moral que não se ajusta bem ao figurino de um verdadeiro chefe de Estado. Se foi por ignorância dos tecnocratas, o clamor levantado contra a exclusão deve conduzi-los a, imediatamente, rever logo o esquema inicial e inserir o sofrido Vale nos benefícios da programação bilionária. A terceira hipótese, se for confirmada, é ainda mais aviltante para o governo federal, qual seja a de permitir que eventuais aliados e membros do tucanato mineiro usufruam politicamente da revisão do ato infeliz em meio a fanfarras e foguetório. Qualquer delas dá a perfeita dimensão da insensatez que predomina nos altos escalões da República.

De há muito sabem os órgãos de planejamento do governo federal que o Vale do Jequitinhonha apresenta índices de pobreza até mesmo superiores aos existentes no Nordeste. A mesma inclemência do clima, a pilhagem sazonal de alguns administradores pouco sérios, a natureza depredada impunemente por poderosas mineradoras ligadas ao capital internacional,

a agricultura em níveis operacionais atrasadíssimos, saúde pública destruída pela politicagem e a falta de recursos, ausência de representação política séria, enfim, um cortejo de males que inibem o progresso regional. Tudo isso agravado pela falta de investimentos que possam causar um choque capaz de romper os grilhões de uma estrutura econômica feudal e socialmente injusta.

Mesmo sabendo e compreendendo todo o drama em que vivem as populações daquelas áreas-problema, esquivava-se o governo federal de sua responsabilidade e procura tirar proveito político de uma reunião, adrede preparada, para que 14 governadores se somassem com o objetivo de assinar um documento de solidariedade ao presidente.

Minas está dominada pela mais profunda revolta diante de tamanha discriminação e solidária com seus irmãos do Vale do Jequitinhonha e do Norte do Estado. Felizmente, o regime democrático fará com que dentro de dois anos essa nau de insensatos lance ferros no porto eleitoral e dela não sobrar qualquer lembrança na história, senão como símbolo de um período marcado pela decadência republicana.

**O membro da Academia Mineira de Letras e presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros*

ETM de MINA 01/08/00

Verdades sobre Irapé

MURILO BADARÓ*

Conforme prometi, examino hoje o artigo do geólogo Everaldo Gonçalves, publicado neste jornal na edição do último dia 28 de julho. O consultor da Mineração Taperebá pretendeu contestar, sem êxito, algumas afirmações do texto reclamando pressa do governo mineiro para o início da construção da Usina de Irapé, em pleno coração do Jequitinhonha. Devo advertir que não falo em nome da Cemig. As opiniões aqui divulgadas são de minha inteira responsabilidade e refletem o estado d'alma da gente da região, vivendo ultimamente num estado quase paroxístico de comoção, em repulsa ao ato insensato do governo federal que, inexplicavelmente, a excluiu do programa de combate à pobreza. É, pois, uma posição de natureza política, insusceptível de ser modificada para coonestar situações que, se admitidas, redundarão em prejuízo para a sofrida e desventurada população da área. Ademais, se mineradoras possuem alvarás com relatórios finais de pesquisas para ouro e diamante, mesmo sem cumprimento de exigências ambientais, o Código de Mineração não autoriza lavra se esta atividade for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo do governo. (Artigo 42, dec. lei nº 227, de 28-2-67). Está claro que, ao outorgar à Cemig, empresa estatal, a concessão para exploração do aproveitamento de Irapé por decreto de 13/01/99, "ipso facto", entendeu o governo federal que o bem público seria comprometido por explorações de outra natureza. Se a empresa sentir-se prejudicada, deverá bater às portas do governo federal para reclamar indenização por despesas feitas com os trabalhos de pesquisa, ainda assim se

seus relatórios merecerem aprovação. Seria imperdoável o retardo do início das obras, vitais para o rompimento das estruturas asfixiantes da economia regional, diante de meras expectativas de direito de eventuais detentores de alvarás de pesquisa. Se a mineração Taperebá, como alega o professor Everaldo Gonçalves, possui solicitações de pesquisa e lavra que abrangem 35 quilômetros do leito e margens do rio Jequitinhonha, não menos verdade é que as áreas que serão atingidas inicialmente pelas obras de construção da usina estão localizadas num "canyon", uma estreita garganta de mais de 200 metros de altura, o que impossibilita o acesso de máquinas para qualquer atividade minerária. Os garimpeiros da região, profundos conhecedores de seu ambiente, jamais se aventuraram a batear as reduzidas ocorrências de areia daquele trecho. Tão difícil é o acesso à garganta que o cronograma da Cemig prevê um prazo de 21 meses para abrir o caminho até poder colocar no local os primeiros veículos motorizados, exigindo dela um pesado investimento nessa fase inicial. Uma empresa séria como a Cemig jamais participaria de um empreendimento temerário. Por isso mesmo, reconheceu como procedentes os pontos colocados na audiência pública de 22/07/97 e se encontra rigorosamente dentro do cronograma traçado para cumpri-los. Já está de posse da licença ambiental decorrente da apresentação dos vários programas ambientais, inclusive o Programa de Remanejamento da População a ser observado pela empresa com a participação da população afetada, por suas lideranças e órgãos municipais, que alcançam garantias às famílias a serem reassentadas as mesmas condições sócio-econômicas, no mínimo equivalentes às anteriores. Tudo feito dentro dos padrões de competên-

cia e seriedade com que atua a Cemig, cuja primordial preocupação é com o ser humano, especialmente o já sofrido e abandonado homem do Jequitinhonha. Ademais, toda a região será beneficiada com o impacto da obra. Mais estradas asfaltadas, mais energia, programas de turismo e sua alta capacidade geradora de empregos. Finalmente, há algo de estranho nessa insistente resistência de uma empresa mineradora que, detendo os protocolos de requerimentos para pesquisa e lavra de ouro e diamante feitos entre os anos de 1979 e 1983, somente quase vinte anos depois vem pretender cobrar pelo uso de pedra, areia e argila, materiais repentinamente transformados em "ouro", a ser correto o percentual de 2% fixado no artigo do citado geólogo, cerca de R\$ 10 milhões. Com certeza é ledô engano, pois a lei 9.314/96, artigo 3º, 1º, estabelece que não estão subordinados aos preceitos do Código de Mineração os trabalhos de movimentação e desmonte de materiais "in natura" que se fazem necessários à abertura de vias de transporte e obras de terraplenagem e edificações, desde que não sejam comercializados. Finalmente, o empreendimento durará cerca de 57 meses, tempo suficiente para que mineradoras que disponham de reais direitos de lavra possam minerar todo o material aluvionar porventura existente no trecho de interesse da usina. No mais, tudo se resume a uma questão de Estado, que não pode ficar subordinada a interesses contrários ao bem público. "Salus populi suprema lex esto", já diziam os romanos. O povo de Minas confia na competência da Cemig e tributa-lhe a credibilidade que merece. Urgência urgentíssima para Irapé.

**Membro da Academia Mineira de Letras e presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros*

Mais respeito com a mineração

“...IRAPÉ É A
PRINCIPAL OBRA DO
governo Itamar que os
sócios estrangeiros
preferem postergar...”

EVERALDO GONÇALVES*

Na ocasião em que no Rio de Janeiro estamos sediando o Congresso Internacional de Geologia e reunidos com os principais geólogos do mundo discutindo a ciência e o aproveitamento dos recursos minerais na busca do desenvolvimento sustentado, sou obrigado a tratar aqui de um tema menor. Quando o Brasil tenta dar ênfase ao seu potencial mineral e valorizar sua estabilidade econômica que, aliada a uma legislação mineral liberal e confiável poderá provocar um “boom mineral”, em Minas Gerais um leigo na matéria usa este importante jornal para divulgar barbaridades geológicas e querendo ditar regras para a mineração. Não nego o direito do uso político que o próprio sr. Murilo Badaró afirma estar fazendo no caso de Irapé, cabe ao povo mineiro julgá-lo pelo voto. Em razão de ofício e sob a fé de meu grau volto ao tema para defender agora a mineração no geral e os direitos da Taperebá no particular. Após anos de pesquisa e investimentos esta pequena mineradora nacional encontrou jazidas de diamante e ouro no rio Jequitinhonha. Os direitos minerais estão em plena vigência, conforme certidão encaminhada à Cemig pelo DNPM, da qual o ESTADO DE MINAS recebeu cópia. Mas a empresa não sabe o que fazer para viabilizar as jazidas uma vez que outra concessão federal foi dada em cima da mesma área para construir uma Hidrelétrica, que põe por água abaixo o projeto mineral. Ainda não se chegou ao acordo para indenizar a empresa pela descoberta da jazida, seus direitos minerais e o uso de 18 milhões de metros cúbicos de material para a obra. Um dos atrativos da mineração, talvez o maior para minerais erráticos, é que o valor do achado não é proporcional ao investimento. Os riscos e incertezas são elevados e inerentes à própria mineração mas deve-se contar com uma legislação que não deixe dúvidas quanto ao seu fiel cumprimento. O valor pretendido é da ordem de 2% do custo da

obra, de fácil acomodação nos itens imprevistos e muito inferior ao risco geológico da construção da barragem. Ora, o que deseja o sr. Badaró, assessorado por alguém que não foi meu aluno, é que a Cemig, empresa idônea, que ele diz não falar por ela mas usa dados e informações sigilosas, acabe com a possibilidade de mineração na área sem pagar um justo valor ao minerador? Na réplica de 28/7/00 refutei a balela de que não havia jazidas na área, evocando a história do garimpeiro João Costa. Renego a afirmação absurda de que no local da barragem existe um paredão rochoso de 200 metros de altura que não permite a mineração e que os “garimpeiros jamais se aventuraram a batear as reduzidas ocorrências de areia daquele trecho”. Todo mundo sabe, menos o sr. Badaró, que na concentração e apuração do diamante em vez da tradicional bateia, própria para ouro, usa-se o clássico jogo de peneiras para se recuperar as pedras de fazenda fina, média e grossa. Ademais, não se lavram “areias” na busca da preciosa gema e sim as porções mais grossas, selecionadas pela natureza, que são os cascalhos. Quanto ao local da barragem ser inatingível à semelhança do “grand canyon” de filmes de faroeste, vou desapontar o “neogeólogo” afirmando que em 30/7/00 fui ao local da ombreira da barragem e preferi não “ir à pé”, mas de caminhonete de tração simples até vinte metros do rio. Isto, graças a uma estrada aberta pela Cemig até uma galeria de pesquisa, aliás fato gravíssimo pois caracteriza que ela já cometeu um esbulho. Escavaram-se as entranhas do tal “basalto” do sr. Murilo sem a devida autorização. Afir-mar que 21 meses serão gastos para dar acesso aos “primeiros veículos motorizados” é subestimar a competência da grande Cemig e inadmissível até como recuso literário. O autor confundiu a altura da barragem de 200 metros, a mais alta do Brasil com o suposto paredão. Irapé é um bom aproveitamento hidrelétrico e sem dúvida muito importante para a região e a principal obra do governo Itamar que os sócios estratégicos preferem postergar. A posição do sr. Murilo Badaró fere interesses da Mineração Taperebá mas prejudicam também a própria Cemig, que tem obrigação de executar a obra e pode atender, isto sim, os anseios dos sócios estrangeiros no sentido de que quanto mais possam adiar as obras das usinas mais lucro levam daqui. Finalmente, a Cemig ainda não dispõe da licença de instalação, conta tão somente com a licença prévia, válida até 10/2/01. Até lá, deverá ter cumprido todas as medidas condicionantes, entre as quais o exigido pela FEAM/COPAM no item “2.1.8. - Apresentar avaliação das perdas de recursos minerais advindas da inundação de terras, incluindo as estimativas de reservas constantes de relatórios de pesquisa já encaminhados ao DNPM. Explicitar as modalidades e critérios de ressarcimento a serem adotados junto aos detentores dos direitos minerários”. Quanto ao livre uso de material de empréstimo para obras, neste caso não vale o artigo terceiro do “Código” pois as concessões da Mineração Taperebá impedem tal liberalidade. No mais, informo a quem interessar possa que dou o caso Irapé por esgotado e peço escusas ao sr. Murilo Badaró se alguma ofensa, mesmo que involuntária, lhe causei pois, em ciência devemos ser rígidos mas sempre cordiais.

*Geólogo, ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) e da UFMG, ex-diretor do Centro de Geologia Eschwege em Diamantina (MG), consultor da Mineração Taperebá

preparado para o descaso com que os bancos tratam os seus clientes. O tratamento é cada vez mais impessoal, e o relacionamento empresa-cliente está direcionado para as máquinas eletrônicas, pois a tônica, em geral, é dificultar a ida ao Banco. Para início de conversa, você é tratado com desconfiança ao passar pela porta giratória pois, muitas vezes, é barrado por portar algum metal, como chaves, celular, etc, passando pelo constrangimento de ter que mostrar o que se encontra dentro de sua bolsa ou bolso. Ao utilizar o serviço de auto-atendimento noções de informática são necessárias para manipular diversas teclas cujas instruções nem sempre são muito claras. Caso tenha alguma dúvida raramente existe um funcionário disponível para ajudar e quem acaba quebrando o galho é sempre o vigilante. Mas, se o problema precisar de ser resolvido com um gerente, aí sim você está ferrado. O pobre homem, cercado de pessoas, celular ligado, computador ao lado e um telefone no ouvido, procura atender a todos ao mesmo tempo e dispensa a você a mínima das atenções. Não bastasse isto, você é levado a comprar compulsoriamente um pacote de produtos, em que lhe é cobrado mensalmente tudo o que usa, inclusive o ar condicionado que respira".

Ronaldo Falce Pereira Neto
BH

DECADÊNCIA

"A onda de violência que assola o País tem muitas causas e, ao abordar o tema há, praticamente, um consenso de que a principal delas é a impunidade. Agora, lamentavelmente, o Congresso Nacional dá um péssimo exemplo ao povo brasileiro, ao cidadão comum, ao aprovar a lei de anistia de multas a vários políticos e, posteriormente, derrubando o veto presidencial e promulgando a malfadada lei, através do presidente do Congresso, sr. Antônio Carlos Magalhães. Mais uma vez estão os políticos, vergonhosamente, legislando em causa própria e

não tem inflação, sendo que a gasolina sobe todo dia, e como tudo depende de transporte, aí tudo aumenta de preço, a única coisa que não aumenta é o salário mínimo. Ele apareceu vestido de branco, querendo mostrar adesão à campanha contra a violência, sendo ele o culpado de tudo, principalmente do desemprego e da miséria, que alimentam o desespero e a criminalidade."

Geraldo Lúcio Gomes Avelar
Carmo do Cajuru-MG

CAÇA-NÍQUEIS

"Absurda e irresponsável a proposta do deputado estadual Alencar da Silveira em defesa da regulamentação da atividade dos caça-níqueis (o nome já diz a que vieram: nenhum empresário iria investir tanto se não tivessem a certeza do ganho fácil). A argumentação de estabelecer uma taxa mensal para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é pura demagogia. Muitas taxas são cobradas para este fim e pouco se tem feito para esses pequenos rejeitados da sociedade. Basta ver as páginas policiais dos jornais: essas crianças ainda estão sendo mantidas vivas porque servem para render votos para muitos inescrupulosos. Qual será o verdadeiro motivo para se propor a regulamentação? Então, por que não regulamentar o jogo do bicho?"

Ana Maria de Sousa
Divinópolis-MG

SUDECAP RESPONDE

"Em resposta à reclamação do leitor Luiz Gonzaga Versiani intitulada "Asfalto" e publicada em 9/8, sobre as ruas Dias Faria e João Antunes de Cerqueira, informamos que após vistoria foi constatado que as duas ruas com calçamento em poliédrico (pedras) estão em perfeito estado de conservação. No caso de asfaltamento, a solicitação deve ser encaminhada à Administração Regional do bairro. Quanto à sujeira que, de acordo com o morador, "fala mais alto", esclarecemos que o pedido de limpeza e, se

anunciado a liberação de verbas há muitos meses. Tomara que não seja mais uma obra daquelas que se iniciam às vésperas de eleições e o dinheiro acaba logo após as mesmas. Que os candidatos se cuidem pois o povo já não é tão ingênuo e aquela região tem sido muito prejudicada com o descaso das autoridades, que se preocupam mais com os melhoramentos para a zona sul".

Neusa de Souza - BH

POLÊMICA

"Não pretendo mais discutir com o sr. Everaldo Gonçalves a questão de Irapé, pela simples razão de que estou defendendo o interesse público e ele postula em favor de interesses particulares. É uma divergência definitiva, de fundo e de forma".

Murilo Badaró - Articulista do
EM - BH

ESPÍRITO

"Chamou a minha atenção no Caderno Espetáculo de 16/8 o título "Alimento para o Espírito" referente ao Festival de Tiradentes, pois o tema do Espírito passou a me empolgar muito, a partir do momento em que comecei a constatar a sua extraordinária realidade em minha própria vida. Caberia acrescentar que, segundo nos ensina a Logosofia, no livro "O Espírito", esta partícula divina existente em cada um de nós não se contenta apenas com apresentações teatrais e outras atrações artísticas e literárias pois o que ela realmente necessita e quer é assumir plena e conscientemente o governo da vida, a fim de poder assim ampliar a sua bagagem de experiência e de sabedoria, bagagem esta que é, afinal, a única parte de nós que sobreviverá à morte física".

José Aylton Maia - BH

